



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL, ALMOXARIFADO E TRANSPORTE
SEÇÃO DE GESTÃO DE TRANSPORTES

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. OBJETIVO

1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de Referência para o fim de aquisição de **01 Veículo de serviço tipo CAMINHÃO semipesado do tipo baú (0 Km) para transporte de carga**, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e na Instrução Normativa n.º 58/2022 – SEGES/ME.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Seção de Gestão de Transportes/COPAT/SAOF tem entre as suas atribuições previstas no art. 52-E da Resolução TRE/RN nº 5, de 20/03/2012 (Regulamento da Secretaria), alterado pela Resolução TRE/RN nº 106, de 23/05/2023, “V - Promover o transporte de autoridades, servidores, processos, materiais, mobiliários e equipamentos” e “X – Sugerir e fundamentar a justificativa de alienação, substituição ou aquisição de novos veículos”. A aquisição de novas viaturas é sempre motivada na necessidade de renovação gradativa da frota veicular e no planejamento das condições ideais de atendimento da demanda operacional de serviços.

2.2. O transporte terrestre de servidores e autoridades é realizado nos veículos de passeio que compõem a frota oficial deste Tribunal. Para o transporte de materiais de consumo, mobiliário e equipamentos são empregados veículos do tipo caminhão, de que dispomos atualmente de quatro unidades, com tempo de uso entre 5 e 12 anos e que são continuamente empregados na movimentação de diversos tipos de carga entre os prédios da capital e entre estes e as Zonas Eleitorais do interior, sendo que estas últimas, por não possuírem autonomia administrativa, dependem de gestão de unidades da Sede do TRE para viabilizar o seu funcionamento, sendo regularmente abastecidos dos materiais de consumo e permanente utilizados nas suas atividades administrativas e judiciais e, ocasionalmente, despachando por meio desses veículos os itens destinados a arquivamento ou descarte, sendo necessárias cerca de vinte rotas anuais para suprir as necessidades das sessenta e quatro Zonas Eleitorais do interior. Vale salientar que o uso de veículos de carga é intensificado sobremaneira no período eleitoral, tendo em vista o atendimento de rotas de material das eleições e, especialmente, o cumprimento das rotas de transporte de urnas eletrônicas.

2.3. Em todos esses deslocamentos, é previsível que os veículos sejam submetidos a condições severas de trabalho, haja vista as longas distâncias percorridas e as condições precárias de nossas estradas, ocasionando um desgaste natural do bem, conquanto os cuidados rotineiros tomados com a sua manutenção e conservação.

2.4. Com base nessas justificativas, informamos que o intuito desta contratação é aumentar a capacidade de transporte de carga deste órgão e garantir a confiabilidade e produtividade da frota oficial e, ainda, a segurança dos usuários no atendimento das diversas necessidades da instituição, principalmente de Zonas Eleitorais do interior do Estado.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

3.1. REQUISITOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1.1. O valor previsto para esta contratação se acha consignado no PCA 2024 no montante de R\$ 509.297,00 (quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e sete reais), conforme Código de Demanda STR.XOO_24.06, a título de

Demanda extra PCA, consoante deliberado na Reunião 1/2024/CGOVCONT, do Comitê de Governança de Orçamento e Contratações.

3.2. REQUISITOS TÉCNICOS.

3.2.1. A empresa licitante deverá ofertar um veículo que, além de atender às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, deverá cumprir os requisitos abaixo:

3.2.1.1. O veículo ofertado deverá ser zero-quilômetro, original de fábrica, ano/modelo igual ou posterior à data de realização do pregão, primeiro emplacamento e em perfeitas condições de manutenção, uso e dirigibilidade.

3.2.1.2. A contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas com impostos, fretes, inclusive para troca, taxas, contribuições, transportes, entregas e quaisquer outros custos resultantes da entrega do veículo, sem qualquer ônus para o Contratante.

3.2.1.3. A contratada deverá fornecer todos os manuais e catálogos do veículo, editados em português, bem como o catálogo da rede autorizada em condições de atender à manutenção do veículo adquirido.

3.2.1.4. O veículo deverá estar com todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pela legislação em vigor.

3.2.1.5. O fornecedor deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), considerando que a Administração figura aqui como um consumidor.

3.2.1.6. O veículo deve ser nacional ou Mercosul, classificado pelo art. 96 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503, de 23/09/1997) e pela Resolução CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito nº 882, de 13/12/2021 e alterações como "caminhão" (veículo automotor de transporte de carga). A vantagem da aquisição de um veículo de fabricação nacional ou Mercosul reside sobretudo na possibilidade de acesso a produtos economicamente mais competitivos, além de ser uma maneira de estimular o comércio regional e de fortalecer o bloco econômico e político da América do Sul.

3.2.1.7. O veículo deverá estar com todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pela legislação em vigor.

3.2.1.8. A contratada deverá fornecer todos os manuais e catálogos do veículo, editados em português, bem como o catálogo da rede autorizada em condições de atender a manutenção do veículo adquirido.

3.2.1.9. A contratada deverá apresentar certificado de garantia emitido pela fabricante.

3.2.1.10. A contratada deverá se responsabilizar por todas as despesas com impostos, fretes, inclusive para troca, taxas, contribuições, transportes e quaisquer outros custos resultantes da entrega do veículo, sem qualquer ônus para o Contratante.

3.3. REQUISITOS TEMPORAIS.

3.3.1. O veículo a ser adquirido deve atender aos padrões exigidos pela legislação e normas brasileiras em vigor e ser entregue nesta Capital em até 60 (sessenta) dias corridos contados do envio da nota de empenho, com o Certificado de Registro e Licenciamento de veículo (CRLV) em nome do TRE/RN, emplacado como veículo oficial da União e com todas as taxas do DETRAN pagas.

3.3.2. O recente processo de desfazimento de um dos caminhões que compunham a frota deste Tribunal, por ter sido considerado antieconômico, evidencia a necessidade de se cobrir, com a devida urgência esse claro com um veículo da mesma categoria, considerando, ainda, a proximidade da realização das eleições municipais.

3.4. REQUISITOS GEOGRÁFICOS E OPERACIONAIS.

3.4.1. O fornecedor não precisa estar sediado no Rio Grande do Norte.

3.4.2. O fabricante deverá prestar garantia técnica do veículo, em rede credenciada na cidade de Natal/RN e/ou Região Metropolitana.

3.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE.

3.5.1. A solução pretendida deve atender aos requisitos de sustentabilidade previstos para as contratações públicas. Vale salientar que embora exista uma tendência mercadológica mundial de substituição dos veículos movidos a combustível fóssil pelos de propulsão elétrica, o alto custo destes últimos torna atualmente inviável essa escolha.

3.5.2. O veículo deve se enquadrar nas disposições do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), instituído pela Resolução Conama nº 18, de 06/05/1986, combinada com a Resolução Conama 490, de 16/11/2018, que estabelece a Fase Proconve P8 para o controle das emissões de gases poluentes e de ruído para veículos automotores pesados novos.

3.6. REQUISITOS FISCAIS, TRABALHISTAS E ADMINISTRATIVOS.

3.6.1. A empresa licitante e contratada deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Tais condições devem ser mantidas durante todo o período da contratação sob a pena de rescisão contratual.

3.6.2. A empresa licitante e contratada também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), com manutenção dessa condição durante a execução contratual.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

4.1. Examinando as soluções de mercado disponíveis, consideramos três alternativas na busca do atendimento da demanda da forma mais vantajosa para a Administração: 1) Aluguel do veículo; 2) Contratação sob demanda; 3) Aquisição de veículo para incorporação à frota do órgão. No primeiro caso, sabe-se de antemão que as despesas com locação tendem a ser elevadas, com a relação custo-benefício possivelmente desfavorável em comparação com a compra do bem. Ainda que essa alternativa fosse viável economicamente, após pesquisa realizada pela SETRAN/COPAT/SAOF constatou-se que o mercado local não dispõe de empresa para o fornecimento do serviço. A alternativa 2 (contratação sob demanda), também se mostra inviável por diversas razões: o alto custo da contratação do serviço, a exemplo da locação, a incerteza de se contar sempre com condutores devidamente qualificados para as tarefas de alta responsabilidade a cargo deste órgão, os riscos e dificuldades de sua utilização operacional considerando a descentralização dos recursos humanos e materiais e, ainda, a deficiência na oferta de serviços nesse segmento no mercado local, conforme pesquisa realizada pela equipe de planejamento da SETRAN. Resta a alternativa 3, com relação a qual foi possível identificar no mercado empresas para fornecimento de caminhão com as especificações que atendem a nossa necessidade. Vale acrescentar que a unidade demandante (SETRAN/COPAT/SAOF) acumula uma experiência de quase vinte anos de utilização de caminhões próprios da frota oficial do Tribunal, desde 2005, ano da compra do primeiro caminhão deste órgão, de modo que a *expertise* da unidade no desempenho dessa atribuição é um inegável agregador de valor à solução de que trata a alternativa 3.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

5.1. A solução apontada baseia-se na necessidade de garantir as melhores condições de transporte do material administrativo e eleitoral entre as unidades da capital e entre estas e as Zonas Eleitorais do interior, mediante a aquisição de um caminhão-baú de porte médio. O veículo deve ser zero quilômetro, fabricado no ano corrente ou mais atual, movido a diesel, ter capacidade de carga de até 10 (dez) toneladas em compartimento fechado do tipo baú e potência do motor de no mínimo 170 cv. O Termo de Referência oferecerá maior detalhamento das especificações técnicas do caminhão.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

6.1. A quantificação da demanda levou em consideração o tempo de uso dos quatro caminhões atualmente pertencentes à frota e, principalmente, a necessidade de se contar com mais um veículo dessa categoria em condições de enfrentar longos percursos. De acordo com os nossos registros, os caminhões FORD Cargo que compõem a frota oficial, ano/modelo 2005/2005, 2011/2011, 2011/2011 e 2018/2019, já apresentam altas quilometragens, sendo que três deles já contam com cerca de 200 mil quilômetros rodados, evidenciando o uso intenso desses veículos no atendimento das demandas de transporte de todas as unidades da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, não obstante as diversas soluções de logística empregadas pelos gestores de transporte para otimização de roteiros e de cronogramas de entrega e recolhimento de materiais e equipamentos. Sendo assim, espera-se que a aquisição de um veículo, conforme examinado nestes estudos, por suas características estruturantes, possa mitigar o ritmo de trabalho e os riscos dessa atividade.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

7.1. Valor estimado desta contratação:

Descrição do objeto	Qtde	Preço Unitário médio (R\$)	Valor total(R\$)
Caminhão-baú (porte médio) de dois eixos, com capacidade de carga até 10 toneladas.	01	547.551,75	547.551,75

Fonte: Tabela FIPE (site: <https://veiculos.fipec.org.br/>) - consulta de preço médio de veículos. O valor total corresponde à média dos preços de cinco marcas de caminhão, conforme discriminado na tabela abaixo, somado ao preço de mercado do compartimento de carga (baú), que é vendido separadamente, conforme cotação anexa da empresa Vicunha no valor de R\$ 46.500,00.

Marca (montadora)	Modelo do veículo	Preço do veículo Zero quilômetro na Tabela FIPE em meados de junho/2024
MERCEDES BENZ	1419 (10 ton.)	R\$ 460.215,00
VOLKSWAGEN	14 210 (10 ton.)	R\$ 497.854,00
VOLVO	VM 290 4x2 (10 ton.)	R\$ 590.111,00
IVECO	Tector 15-210 (10 ton.)	R\$ 456.027,00
Preço médio (R\$ 501.051,75) + baú (R\$ 46.500,00)		R\$ 547.551,75

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL.

8.1. Verifica-se a inviabilidade do parcelamento da solução em razão da impossibilidade do fracionamento do objeto, de forma que a contratação ocorrerá por item único.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

9.1. O Tribunal mantém uma contratação de gestão de frota que proporciona o fornecimento de óleo diesel, lavagem e manutenção preventiva e corretiva, embora estas só serão utilizadas após o encerramento da garantia do fabricante.

9.2. O veículo deverá ser prontamente incluído, mediante endosso, na lista de bens segurados pela apólice vigente de seguro automotivo da frota.

9.3. O contrato referente ao serviço de motoristas terceirizados prevê a designação de profissionais habilitados para a condução de caminhões.

10. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO.

10.1. O item desta solução consta do Plano de Contratações Anual – PCA 2024, Código STR.XOO_24.06, restando demonstrado o alinhamento entre a aquisição e o planejamento deste órgão.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.

11.1. Almeja-se com a contratação a otimização dos recursos públicos empregados na estruturação e manutenção da frota de veículos oficiais deste Tribunal, considerando a expectativa de ganhos em eficiência, performance, conforto e segurança no atendimento das constantes demandas administrativas e eleitorais, além da redução de custos operacionais em prol da sustentabilidade e economicidade, levando-se em conta que veículos novos consomem menos combustível, têm custo de manutenção mais baixo e são tecnologicamente atualizados para serem mais silenciosos e funcionarem com menos emissão de poluentes.

11.2. Não podemos deixar de frisar a questão da segurança para os passageiros, já que um veículo novo está menos sujeito a quebras. Além disso, caso um veículo venha a apresentar defeito no interior, a manutenção emergencial torna-se mais complicada, e dependendo do local da quebra pode apresentar insegurança até mesmo para o patrimônio que está sendo transportado.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

12.1. A unidade de gestão de transportes dispõe de vários condutores com vasta experiência e devidamente licenciados para dirigir caminhões e conta também com fornecedores de serviços especializados nesses veículos. Ademais, todos os contratos necessários para a utilização da frota estão vigentes e o licenciamento e a entrega do produto ficarão a cargo da empresa vencedora. Cabe apenas ao Tribunal incluir o veículo adquirido na lista de bens do contrato de seguro automotivo, de maneira que não há necessidade de maiores providência para adequação do ambiente do órgão.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO.

13.1. A expectativa do demandante é que a contratação cause impactos negativos mínimos ao meio ambiente, na medida em que o veículo a ser adquirido deverá apresentar maior eficiência energética, menor consumo de combustível e nível de emissão de poluentes dentro dos parâmetros mais atuais do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), conforme Resolução 490/2018, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, em conformidade com as normas e regulamentos que regem a prática de sustentabilidade em contratações públicas.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

14.1. Considerando a necessidade da contratação já demonstrada nestes Estudos Preliminares, concluímos pela viabilidade técnica e razoabilidade da solução descrita no subitem 5.1., por ajustar-se perfeitamente ao atendimento desta necessidade. Sendo assim, nos manifestamos pela possibilidade da contratação pretendida, condicionado ao exame de sua conformidade tanto no aspecto legal como no econômico-financeiro.

Natal-RN, 17 de julho de 2024.

Eduardo Cardoso dos Santos
Integrante Demandante

Marcello Correia de Castro
Integrante Técnico